ANTI-SALAZARISMO NO BRASIL E O GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK: A CONFERÊNCIA PRÓ-ANISTIA AOS PRESOS POLÍTICOS IBÉRICOS (1960) NOS DOCUMENTOS DO DEOPS-SP

JOSÉ SACCHETTA RAMOS MENDES

O autoritarismo politicamente institucionalizado em Portugal no Século XX deu origem a formas de resistência e contestação envolvendo setores das coletividades lusitanas no exterior. A ditadura do Estado Novo de António de Oliveira Salazar, no poder entre 1933 e 1974, articulou-se em torno de um projeto de Estado corporativo cuja abrangência tocou toda a vida nacional portuguesa, inclusive as diretrizes para a emigração e os emigrados. No período, o relacionamento de Portugal salazarista com o Brasil, os governantes brasileiros e os portugueses residentes no país atravessou momentos distintos, variando conforme as dinâmicas da comunidade imigrante e os jogos de forças no Rio de Janeiro e, a partir de abril de 1960, em Brasília.

O Fundo DEOPS-SP, que reúne a documentação da seção paulista do extinto Departamento de Ordem Política e Social, expressa em cerca de sete mil prontuários policiais episódios cotidianos e histórias de vida de cidadãos portugueses residentes no Estado de São Paulo, a maioria sem evidência de envolvimento com a política em seu país de origem. Os prontuários de imigrantes portugueses datam dos anos 1924-1985, período em que aquele órgão da polícia esteve em atividade. Menções diretas a posicionamentos de imigrantes lusos em relação ao regime de Salazar são encontradas nos documentos a partir dos anos 1950. Esse aspecto cronológico reforça a noção historiográfica de que foi nessa década que o ativismo de oposição ao regime instalado em Lisboa estabeleceu uma base social em São Paulo, passando a atrair a atenção da polícia brasileira.

Desde o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) as forças oposicionistas portuguesas buscaram acirrar o combate interno ao regime, no contexto de longa permanência de algumas de suas principais características: controle governamental da sociedade, fechamento ideológico, censura, uso

da propaganda e da repressão. Em meados dos anos 1950, os opositores do salazarismo galgaram maior visibilidade junto aos imigrantes lusos radicados no Brasil. Em São Paulo, em particular, a projeção se dava numa atmosfera de afluência e crescimento da coletividade portuguesa, o que atraía para a capital do Estado e localidades como Campinas e Santos intelectuais e políticos exilados.

Em 1956, começou a ser publicado na cidade de São Paulo o jornal *Portugal Democrático*, organizado inicialmente por dois militantes do Partido Comunista Português. Após uma série de dificuldades para se firmar, a publicação recebeu reforço de jornalistas do antigo *Diário Ilustrado*, que em 1957 deixaram Lisboa e se radicaram como exilados no Brasil. *Portugal Democrático* circulou por duas décadas, até a redemocratização portuguesa em 1975 [1]. A ação política anti-salazarista no exílio expressava-se, ademais, de outras maneiras, como no lançamento de boletins informativos e na organização de eventos que denunciavam as agruras provocadas pela ditadura em Portugal, uma das mais longevas da história europeia contemporânea. Tais denúncias visavam sensibilizar a coletividade imigrante e, de maneira mais ampla, buscavam solidariedade em países como o Brasil e as democracias da Europa Ocidental [2].

O Fundo DEOPS-SP guarda importantes registros da oposição anti-salazarista em São Paulo e do seu fortalecimento com a vinda de novas levas de exilados portugueses que, a partir dos anos 1950, dirigiram-se para a capital paulista ou a tomaram como refúgio de estadia em sua passagem pelo Brasil. Entre eles estava o principal líder oposicionista luso, general Humberto da Silva Delgado, candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1958 em Portugal, que no seu exílio brasileiro decidiu deixar o Rio de Janeiro e se fixar na cidade de São Paulo.

O Brasil do pós-guerra tornou-se terreno de circulação da propaganda política de Portugal, tanto favorável quanto contrária ao regime de Salazar. No período, o país abrigava a mais numerosa comunidade imigrante lusitana. Em 1950, viviam no país 336 856 portugueses natos e não-naturalizados. Em 1960, esse número ascendeu a 431 047 mil portugueses, dos quais 43,9% no Estado de São Paulo e 35,6% na Guanabara, segundo os Recenseamentos oficiais daqueles anos [3].

1 SILVA, 2006; PAULO, 2000.

2 A campanha de solidariedade à luta anti-salazarista deu ensejo à criação da Anistia Internacional, em Londres, a partir do artigo editorial *The Forgotten Prisoners*, escrito pelo advogado britânico Peter Benenson publicado no jornal *The Observer*, edição de 28/5/1961, em que denunciava a prisão sem julgamento do médico angolano Agostinho Neto e outros prisioneiros de consciência. Disponível na internet em: http://www.guardian.co.uk/uk/1961/may/28/fromthearchive.theguardian Acesso em 24/12/2012.

3 BRASIL. *Recenseamento Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

Suspeitava-se na época que o braço político das forças de segurança de Portugal, a temida Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide), mantinha agentes e informantes no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, com sua vasta comunidade lusitana inserida em todos os setores da sociedade carioca. No início de 1960, portugueses natos não-naturalizados constituíam 10% da população da capital brasileira. A suspeita de que informantes da Pide estivessem enraizados no interior dessa coletividade confirmou-se em diversos episódios, como posteriormente se evidenciou [4].

A documentação do Fundo DEOPS-SP sugere diferenças que devem ser melhor elucidadas entre São Paulo e o Rio de Janeiro como territórios da ação política oposicionista lusitana no exílio. Neste sentido, esse fundo documental é uma fonte ainda pouco explorada para a história de Portugal no Século XX. Apesar das turbulências na política interna brasileira, a presença de exilados portugueses no país e suas atividades foram relativamente toleradas, pelo menos até o Golpe Militar de 1964. O olhar vigilante do Departamento de Ordem Política e Social não deixou de observar aqueles movimentos, o que faz com que seus arquivos contenham notáveis registros sobre a temática.

A LUTA EM SÃO PAULO PELA REDEMOCRATIZAÇÃO EM LISBOA

Um marco da luta anti-salazarista no Brasil foi a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal, realizada de 22 a 24 de janeiro de 1960 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O evento teve projeção internacional e provocou um incidente político entre o governo federal brasileiro, na época sob a presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira, e o então governador do Estado de São Paulo, Carlos Alberto de Carvalho Pinto. O Fundo DEOPS-SP contém um prontuário específico sobre a conferência, reunindo uma documentação que começou a ser coletada pelos agentes policiais em novembro de 1959, durante as investigações à preparação da conferência, e que se estenderam ao período posterior ao evento, até meados de 1960 [5].

4 A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide) atuou em Portugal de 1945 a 1969, quando foi sucedida pela Direção-Geral de Segurança (DGS), extinta em 1974. A Pide originou-se da Polícia de Defesa Política e Social, criada pelo decreto n.º 22 151 de 23.1.1933, do Ministério do Interior, que deu autonomia orgânica à antiga Seção de Vigilância Política e Social da Polícia Internacional portuguesa.

5 *Pront. 135 033. 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal*. DEOPS/SP, APESP.

O prontuário de número 135 033, denominado *"1.ª* Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal", mostra a adesão e o apoio significativo de intelectuais não apenas do Brasil, mas também de vários países da América do Sul e do Norte, professores universitários e juristas de São Paulo e outros Estados brasileiros ao movimento em prol da anistia aos prisioneiros de consciência na Península Ibérica. De acordo com notícias de imprensa e relatos que se encontram na documentação reunida no prontuário, vários dos presos políticos portugueses e espanhóis eram idosos e alguns se encontravam em situações de isolamento nas prisões, em estado de saúde preocupante. Sua libertação era premente, inclusive como ato humanitário.

O agravamento da condição de presos políticos das ditaduras instaladas por António de Oliveira Salazar, em Portugal, e Francisco Franco, na Espanha, ganhava notoriedade em uma cidade como São Paulo, com numerosa população imigrante de origem ibérica. A polícia brasileira de Ordem Política e Social esteve atenta ao fenômeno atinente a essas coletividades estrangeiras, conforme demonstra a abertura de diversos prontuários relacionados à temática.

A 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal provocou um embate político e jurídico sigiloso entre o governo do presidente Juscelino Kubitschek, contrário à sua realização, e as forças no poder em São Paulo, que afinal garantiram a efetivação e legalidade do colóquio. Informes, ofícios, memorandos e outros registros guardados no prontuário do DEOPS-SP documentam este embate de posicionamentos entre esferas de governo. São fatos que aparentemente nunca se tornaram públicos. Mas que constaram da investigação policial efetuada.

Assim, um memorando guardado no interior do prontuário informa que, por meio do ofício confidencial G-108, de 13/1/1960, o ministro da Justiça Armando Falcão solicitou ao governador paulista Carlos Alberto de Carvalho Pinto que proibisse terminantemente a realização da conferência. Antes de se pronunciar sobre a solicitação do ministro, o governador enviou o caso para análise da Procuradoria-Geral do Estado. Em resposta, o procurador-geral José Edgard Pereira Barretto emitiu parecer favorável à realização da conferência em prol da anistia aos presos políticos de Portugal e Espanha. Como fundamento legal, evocou o princípio democrático estabelecido pela Constituição de 1946, então em vigor, e o tema da liberdade de expressão.

O governador Carvalho Pinto então autorizou a realização da conferência, em desacato ao pedido de Armando Falcão, justificando sua decisão com base no parecer jurídico de Pereira Barretto. Não obstante a legalidade do evento, o

DEOPS-SP aumentou a vigilância sobre a sua organização e os seus organizadores, conforme se observa na profusão de documentos com data posterior à liberação feita pelo governador, reunidos no prontuário policial da conferência.

A disputa entre posicionamentos distintos frente ao regime salazarista vinha se acirrando na política brasileira desde janeiro de 1959, quando o embaixador do Brasil em Lisboa, Álvaro Lins, concedeu asilo ao general da reserva Humberto Delgado. O militar português, líder da oposição institucional em seu país, tinha sido candidato à presidência da República Portuguesa no ano anterior. Em seu pedido de asilo ao Estado brasileiro, alegava estar na iminência de ser preso pela Pide, correndo risco de vida. A outorga de asilo a Humberto Delgado foi definida pelo embaixador do Brasil sem consulta prévia ao Itamaraty, que não teve como desautorizá-lo, mas tampouco deu sustentação à decisão do diplomata.

A concessão de asilo político a Humberto Delgado não foi reconhecida por Portugal. O próprio instituto jurídico do asilo havia sido suprimido do ordenamento lusitano durante o Estado Novo salazarista (1933-1974). Para complicar a situação, o embaixador brasileiro não obteve anuência do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira para proceder ao desagravo diplomático que o caso demandava [6]. Com o impasse – e a prolongada intransigência do governo português – Humberto Delgado permaneceu mais de três meses abrigado nas dependências da embaixada, sem salvo-conduto que lhe garantisse transitar em liberdade até o aeroporto, de onde pudesse embarcar para o Brasil. A situação perdurou até 21 de abril de 1959, quando uma saída negociada finalmente permitiu que Delgado deixasse Portugal [7].

Durante a crise diplomática, num gesto conflitante com a gravidade do momento, Juscelino Kubitschek anunciou publicamente que aceitava o convite do governo salazarista para participar da comemoração do 5.º centenário do infante Dom Henrique, pioneiro das Grandes Navegações, em agosto de 1960, na qualidade de "coanfitrião e co-chefe de Estado português". Sua participação seria organizada pessoalmente por Salazar, presidente do Conselho de Ministros. Em protesto, o embaixador Álvaro Lins acusou o presidente Kubitschek de "cumplicidade com as ditaduras, de maneira particular com a de Portugal", denunciando o que qualificou de "compromisso [de JK] com a ditadura salazarista" [8].

6 Para um relato sobre a crise diplomática provocada pela concessão de asilo ao general Humberto Delgado ver MAGALHÃES, 2000: 224-227.

7 GONÇALVES, 1994.

8 LINS, 1960.

Exonerado pelo Itamaraty de seu posto na embaixada em Lisboa, e de volta ao Brasil, Álvaro Lins foi alçado à presidência honorária da 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal. Imediatamente entrou na mira da vigilância do DEOPS-SP e um prontuário policial foi aberto em seu nome. [9] Por sua vez, a Comissão Coordenadora da conferência, liderada por Florestan Fernandes e Sérgio Milliet, incorporou à direção do evento o próprio general Humberto Delgado, que havia fixado residência em São Paulo em dezembro de 1959, transferindo-se do Rio de Janeiro para a capital paulista. [10] Também ele teve um prontuário individual aberto pelo DEOPS-SP [11]. Materializava-se daquele modo, a vigilância e o controle direto da polícia brasileira sobre um dos principais líderes da oposição lusitana, como também sobre o movimento pela anistia aos presos políticos de Portugal e Espanha.

Com efeito, apesar de a campanha ser em prol da libertação dos prisioneiros dos dois países ibéricos, as referências aos portugueses é predominante na documentação do Fundo DEOPS-SP sobre a conferência. Por sua vez, o prontuário policial relativo à 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal denota nos registros que guarda a mobilização crescente que o evento gerou em São Paulo, nas semanas anteriores e durante a sua realização.

Entre dezembro de 1959 e janeiro de 1960, o lançamento de uma chamada pública para a campanha internacional em prol da anistia e libertação dos "prisioneiros do franco-salazarismo" [12] atraiu o apoio de brasileiros notáveis, provindos de diversas áreas de atuação intelectual. As adesões incluíam os escritores Orígenes Lessa, Afonso Schmidt e Guilherme Figueiredo, os professores universitários Caio Prado Jr. e Antonio Candido – que aparece na documentação deste prontuário como representante da cidade de Assis, no Interior de São Paulo, onde lecionava à época –, o físico Mario Schemberg, o cineasta Lima Barreto, a atriz Natália Timberg, a poetisa Lupe Cotrim, o médico Salomon Katz e o presidente da

9 *Pront. 131.726 – Álvaro Lins.* DEOPS/SP, APESP.

10 Conforme os jornais paulistanos *Diário de Notícias* e *Tribuna da Imprensa*, Humberto Delgado deixou o Rio de Janeiro em dezembro de 1959 e se fixou na cidade de São Paulo para fugir de perseguição dos salazaristas na capital brasileira. Delgado teria sido contratado como relações públicas de uma empresa paulista de alimentos cujo dono era descendente de portugueses. *Tribuna da Imprensa*, 06/01/1960; *Diário de Notícias*, 07/01/1960. Instituto dos Arquivos Nacionais de Portugal/Torre do Tombo. Pide/DGS P2686SR V07 677-78. Disponível em http://www.humbertodelgado.pt Acesso em 23/03/2012.

11 *Pront. 135.160 – Humberto da Silva Delgado*. DEOPS/SP, APESP.

12 *Pront. 135.033 – 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal.*

Associação Brasileira de Imprensa (ABI), jornalista Herbert Moses. O prontuário também menciona o apoio de membros do clero católico de São Paulo à campanha por anistia na Península Ibérica, entretanto sem citar os nomes dos religiosos.

A visibilidade da conferência em prol da libertação dos presos políticos de Portugal e Espanha ampliou-se a uma semana de sua abertura, quando vários juristas brasileiros tornaram pública sua adesão e solidariedade: Miguel Reale, Renato Cirell Czerna, Braz de Souza Arruda, Vicente Marotta Rangel e Gofredo da Silva Telles Jr., todos eles professores na Faculdade de Direito da USP, que àquela altura já havia oferecido suas instalações para a realização do evento.

De outras partes do Brasil, a conferência angariou apoio de instituições e personalidades do Distrito Federal (ainda a cidade do Rio de Janeiro, já que Brasília só foi inaugurada no mês de abril daquele ano) e dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Sergipe e Mato Grosso. Do exterior, vieram delegações da Argentina, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Cuba, Estados Unidos e México, além de moção de apoio de grupos e instituições de vários países. Participaram da conferência escritores e intelectuais latino-americanos e uma composição de parlamentares de vários países liderados pelo então senador chileno Salvador Allende.

A abertura da 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal foi feita no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Na palestra inaugural, o ex-embaixador Álvaro Lins foi incisivo ao apresentar o quadro da situação política interna nos dois países ibéricos. Segundo os documentos que se encontram no prontuário da conferência, no momento da abertura do evento ocorreram atos públicos simultâneos nas cidades paulistas de Santos, Santo André e Sorocaba. No município de Presidente Wenceslau-SP, o prefeito saudou publicamente a luta pela anistia aos presos políticos portugueses e espanhóis, como também o fizeram a Câmaras de Vereadores do Rio de Janeiro, de Niterói, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, de Assis e Ribeirão Pires, no Estado de São Paulo, e de Ponta Grossa, no Paraná.

Entre os documentos e impressos apreendidos pela polícia e reunidos no *Prontuário 135.033 – 1.ª* Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal há uma coleção de boletins informativos publicados pelos organizadores da conferência. Por meio desses boletins é possível refazer o percurso de adesões à causa dos prisioneiros ibéricos e o crescimento daquela campanha na intelectualidade brasileira. Muitos dos personagens ali mencionados, e não só os de maior protagonismo, passaram a ser vigiados e

tiveram prontuários policiais instaurados pelo DEOPS-SP, a partir dos próprios organizadores Florestan Fernandes e Sérgio Milliet.

No final da conferência, formou-se uma *Comissão Executiva do Movimento Pró-Anistia dos Presos Políticos de Portugal e Espanha*, encarregada de organizar a segunda edição do encontro, que ocorreu no ano seguinte, 1961, em Montevidéu, no Uruguai. O sucesso e visibilidade obtidos pela realização em São Paulo da 1.ª Conferência pela anistia aos presos políticos ibéricos permanece, porém, um marco de destaque na solidariedade anti-salazarista na América Latina. Sua memória se insere no conjunto da luta pela democracia em Portugal e no apoio que portugueses emigrados amealharam nas sociedades de acolhimento. No Brasil, em particular, algo do contributo de professores, intelectuais e juristas ficou gravado na extensa documentação policial do Fundo DEOPS-SP, o que deixa em aberto novas possibilidades de pesquisa e reflexão sobre o tema.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Prontuário 140.216 – Florestan Fernandes. Fundo DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário 135.160 – Humberto da Silva Delgado. Fundo DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário 135.033 – 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal. Fundo DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. *Recenseamento Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, J.C., 2000 – *Depois das Caravelas*. Lisboa: Instituto Camões.

GONÇALVES, Williams da Silva, 1994 – *O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek*. Tese de doutorado apresentada no Departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP, sob a orientação do Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. São Paulo.

LINS, Álvaro, 1960 – *Missão em Portugal: diário de uma experiência diplomática*. São Paulo: Civilização Brasileira.

PAULO, Heloisa, 2000 – *Aqui também é Portugal. A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto.

SILVA, Douglas Mansur da, 2006 – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974*. Lisboa: ICS.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

Arquivo Digital Humberto Delgado – http://www.humbertodelgado.pt

Projeto Integrado Arquivo-Universidade de São Paulo – http://www.usp.br/proin/inventario/

Jornal "The Guardian" – http://www.guardian.co.uk/uk/1961/may/28/fromthearchive.theguardian